

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-11-05

CISION®

1. Só Vila Real de St.º António aplica a taxa turística no Algarve, Público, 05/11/2019	1
2. MotoGP poderá regressar a Portugal após dez anos, Público, 05/11/2019	2
3. Moto GP- Governo estuda "solução conjunta", Jornal de Notícias, 05/11/2019	3
4. Motociclismo - MotoGP: Governo quer "solução conjunta", Bola (A), 05/11/2019	4
5. Motociclismo - MotoGP em Portugal, Correio da Manhã, 05/11/2019	5
6. Sobe e Desce, Correio da Manhã, 05/11/2019	6
7. Câmara vai ter mais dinheiro, Correio da Manhã - Correio da Manhã Algarve, 05/11/2019	7
8. Cruzeiro em presença inédita em Setúbal, ADN - Agência de Notícias Online, 05/11/2019	8
9. Lisboa estreia regulamento do alojamento local. O que muda?, Negócios, 05/11/2019	9
10. Dados. Alojamento Local - 22 mil registos em Lisboa, Correio da Manhã, 05/11/2019	11
11. Bairro Alto/Madragoa concentra um quinto dos alojamentos locais, Jornal de Notícias, 05/11/2019	12
12. Alojamento pode pagar mais-valia injusta, Dinheiro & Direitos, 01/11/2019	13
13. Presidentes das seis câmaras de São Miguel aprovam taxa turística, Açoriano Oriental, 05/11/2019	15
14. Autarcas e Turismo do Centro em viagem ao Brasil, Diário As Beiras, 05/11/2019	17
15. Faro acolhe ações de formação sobre alojamento local, Sul Informação Online, 05/11/2019	18
16. PCP preocupado com situação de milhares de trabalhadores no desemprego "depois do verão", Algarve Primeiro Online, 05/11/2019	19



Só Vila Real de St.º António aplica a taxa turística no Algarve

Autarcas da região aprovaram medida há um ano mas tardam em implementá-la. Empresários do sector turístico impugnaram a decisão, em tribunal, e prometem fazer marcação cerrada às restantes câmaras

Finanças locais Idílio Revez

A Câmara de Vila Real de St.º António – mergulhada em dívidas e sujeita a um plano de assistência financeira – foi a única que avançou com a aplicação da taxa turística, aprovada há mais de um ano pela Comunidade Intermunicipal do Algarve – Amal. A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) impugnou judicialmente a decisão, considerando que se trata de “mais um imposto e não de uma taxa”. A acção, pedindo a “ilegalidade” desta medida, decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Loulé. Dos restantes 15 municípios da região, apenas Faro e Portimão avançaram com a elaboração de regulamentos para aplicar a taxa no próximo ano, a partir de Março.

Porém, mantém-se em aberto a discussão na Amal – que desde quinta-feira tem um novo presidente, António Pina – sobre a melhor forma de investir os mais de 20 milhões que os municípios procuram arrecadar com esta taxa.

O presidente da AHETA, Elidérico Viegas, promete guerra aberta. “Vamos entrar com acções judiciais em todos os concelhos que apliquem a taxa, desde que seja essa a vontade dos nossos sócios”, enfatizou. Durante a discussão deste assunto, em Setembro do ano passado, o único município que se manifestou abertamente contra foi Silves, CDU, considerando que se trata de um “imposto encapotado”. A presidente da Câmara de Portimão, Isilda Gomes, em declarações ao PÚBLICO, defendeu que o grosso da verba deve ser aplicado para “minimizar a pegada turística em cada concelho”. No entanto, admite, “uma parte da receita pode ser gerida pela Amal, a aplicar num evento-âncora de promoção da região”.

Após a Amal ter aprovado a taxa turística (1,5 euros, por dormida, até ao máximo de sete dias, no período de Março a Outubro), a AHETA propôs uma gestão partilhada dos dinheiros. Segundo os hoteleiros, um terço da receita seria destinada à promoção



Hoteleiros dizem que taxa turística é mais um imposto

A “palavra” aos autarcas

O aumento de 5% no valor das quotas que a Amal vai cobrar a todas as câmaras não se aplica a Vila Real de St.º António. “É uma medida de excepção”, frisou António Pina, depois da presidente da autarquia, Conceição Cabrita, PSD, referir que dada a condição de assistência financeira em que se encontra não poderia suportar mais essa despesa. “Estamos a regularizar as dívidas”, frisou. Por sua vez, a autarca de Portimão, Isilda Gomes (PS) – também membro do conselho directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) – incentivou o novo líder regional a ser reivindicativo com o poder central: “Somos contribuintes líquidos para o Orçamento do Estado (OE) e nunca fomos reconhecidos por isso.” O social-democrata de Castro Marim, Francisco Amaral, foi mais longe: “Não sejas [Pina] yes, man. Nós, os autarcas, legitimamente eleitos, temos de ser respeitados.”

António Pina agradeceu os apoios e traçou de imediato quais são as suas “bandeiras” políticas: “O ordenamento do território deve ser liderado pelos autarcas”, enfatizou. A este propósito, recordou, foi reaberto o processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) do Sotavento algarvio – Vilamoura – Aljezur. Além dos POOC, e dos regulamentos do Parque da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim, acrescentou: “Queremos ter uma palavra a dizer no Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT, os autarcas vão construir a sua proposta de revisão, e queremos que seja discutida.”

turística da região nos mercados nacional e internacional. “Recusaram”, diz Elidérico Viegas. “Alguns disseram que não sabiam quando iriam aplicar a taxa, outros nem responderam”, adiantou. Nessa altura presidia à Amal Jorge Botelho, o actual secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local. À falta de consenso, optou-se por adiar a decisão.

O presidente da Câmara de Albufeira, José Carlos Rolo, diz que, a partir de Janeiro, vai recomendar o diálogo com os empresários: “Quero que eles façam parte da solução e não do problema”, sublinhou. De qualquer modo, adiantou que vai avançar com a proposta de cobrança de um euro/dormida, até ao máximo de quatro noites.

Segundo a AHETA, 70% das dormidas registadas anualmente na região concentram-se em três concelhos – Albufeira, Loulé e Portimão. Segundo os dados estatísticos desta associação, em 2018 pernoitaram nos empreendimentos turísticos do Algarve mais de quatro milhões de pessoas. Porém, a oferta paralela (200 mil segundas residências), estima-se, corresponde a 15 ou 16 milhões de dormidas. Por conseguinte, a introdução da taxa turística, sublinha o representante dos hoteleiros, “introduz mais um factor de concorrência desleal entre a oferta classificada e o alojamento turístico privado não registado”.

A Câmara de Vila Real de St.º António – uma das mais endividadadas do país – justificou a aplicação da taxa com a necessidade de promover o destino turístico e financiar “eventos de grande projecção do município”, bem como a manutenção de equipamentos e infra-estruturas destinadas aos turistas. “A taxa, que é, afinal, mais um imposto, não pode servir para pagar dívidas da câmara”, critica Elidérico Viegas, adiantando que, por isso, foi pedido ao tribunal que declare a sua “ilegalidade”.

Os destinos onde se cobra taxa, como Lisboa, Porto, Roma ou Paris, argumenta a AHETA, “são cidades de estadias curtas. Não é o caso do Algarve, um destino de férias e famílias”.

irevez@publico.pt



MotoGP poderá regressar a Portugal após dez anos

Motores

Governo estará disponível para voltar a apoiar uma candidatura em 2022, com o Autódromo Internacional do Algarve na *pole position*

O Mundial de MotoGP pode regressar a Portugal dentro de dois anos, uma década depois da realização, no Estoril, de um evento que conta, agora, com o português Miguel Oliveira entre a elite. A informação foi adiantada pelo presidente da Federação Internacional de Motociclismo (FIM), o português Jorge Viegas, que anunciou a existência de um pré-acordo com o autódromo de Portimão. E fonte do Governo assumiu, segundo a Lusa, disponibilidade para encontrar uma “solução conjunta”.

Fonte oficial da Secretaria de Estado do Turismo confirmou que a “possibilidade de realização, em Portugal, do Campeonato do Mundo de motociclismo de velocidade (...) tem sido trabalhada pelo Autódromo Internacional do Algarve, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo, por via do Turismo de Portugal”.

“O Governo está disponível para participar numa solução conjunta, que permita a realização de grandes eventos internacionais, nomeadamente, através do fundo de captação de congressos e grandes eventos, gerido pelo Turismo de Portugal”, explicou a mesma fonte governamental, que faz depender a

concretização deste objectivo, entretanto anunciado pelo presidente da FIM, “dos fundos” indispensáveis para o ano de 2022. E só nessa altura serão “analisadas as condições para definição do envolvimento de cada parte”.

No passado fim-de-semana, em Sepang, à margem do Grande Prémio da Malásia, Jorge Viegas voltou a admitir a possibilidade do regresso do principal campeonato de motociclismo de velocidade a Portugal, desta vez ao Algarve.

“Há um pré-acordo com o autódromo de Portimão. Agora falta o Governo, como se costuma dizer, assinar por baixo”, disse Jorge Viegas, em declarações à Lusa, acrescentando ter a concordância da Federação Internacional de Motociclismo, da Dorna (empresa que detém os direitos comerciais da competição) e do organizador, faltando agora a confirmação do Governo.

“São contratos que custam dinheiro para trazer o espectáculo, como para qualquer país. Agora falta assegurar o financiamento para, pelo menos, três Grandes Prémios”, sublinhou Jorge Viegas. Acrescentou que a ideia da Dorna é que pelo menos três provas possam ser realizadas em Portugal, em cinco anos, a partir de 2022.

Após 13 anos consecutivos a marcar presença no calendário internacional, Portugal encontra-se arredado da “elite” do motociclismo mundial de velocidade desde 2012, altura em que o piloto português Miguel Oliveira ainda competia na categoria de Moto3.

LAI SENG SIN/REUTERS



A intenção é atrair pelo menos três Grandes Prémios para Portugal



Governo estuda “solução conjunta”

MOTO GP O Mundial de motociclismo pode regressar a Portugal em 2022, no Circuito do Algarve (Portimão), e o Governo mostrou-se disponível para encontrar uma “solução conjunta”. Fonte oficial da secretaria de Estado do Turismo confirmou à Lusa que a “possibilidade de realização em Portugal do Mundial de motociclismo tem sido trabalhada pelo Autódromo Internacional do Algarve, em parceria com a secretária de Estado do Turismo”.

**MOTOGP**

Governo quer «solução conjunta»

→ **Com vista ao regresso do Mundial de motociclismo de velocidade a Portugal a partir de 2022**

Depois de o presidente da Federação Internacional de Motociclismo, Jorge Viegas, ter dito que falta apenas o Governo português «assinar por baixo» para que o MotoGP se realize em Portimão a partir de 2022, fonte oficial da Secretaria de Estado do Turismo confirmou à Lusa que a «possibilida-

de de realização em Portugal do Mundial de motociclismo de velocidade (...) tem sido trabalhada pelo Autódromo Internacional do Algarve, em parceria com a secretaria de Estado do Turismo, por via do Turismo de Portugal», ou seja, «o Governo está disponível para participar numa solução conjunta que permita a realização de grandes eventos internacionais». Desde 2012 (então no Estoril) que não há MotoGP no nosso país.

GOVERNO APONTA PARA 2022**MOTOGP EM PORTUGAL**

O Mundial de MotoGP pode regressar a Portugal em 2022. A Secretaria de Estado do Turismo tem estado a trabalhar com o Autódromo Internacional do Algarve para concretizar essa possibilidade, confirmou ontem fonte oficial do Governo.



ANALYST/USA

**RITA
MARQUES**

SEC. ESTADO DO TURISMO



Governante está em Londres para captar turistas ingleses, acautelando desta forma o impacto do brexit no turismo nacional.

**PEDRO FERRAZ
DA COSTA**

ECONOMISTA



O Fórum para a Competitividade, que lidera, defende a limitação nas subidas do salário mínimo, caso o desemprego passe os 7%.



FARO

Câmara vai ter mais dinheiro

A Câmara de Faro aprovou o orçamento para 2020, que apresenta um valor de 46,5 milhões de euros, o que se traduz em mais cerca de 6,8 milhões do que no corrente ano. O documento terá ainda de ser votado na Assembleia Municipal.

Segundo revela a autarquia, esse acréscimo dos valores advém das transferências de competências em matéria de saúde e educação, que perfazem cerca de 3 milhões de euros, bem como da implementação da taxa municipal turística, que será cobrada a partir de março de 2020 e com a qual deverá encaixar cerca de 500 mil euros.

Além disso, está previsto o aumento de receitas provenientes do imposto sobre as transações imobiliárias (IMT), em cerca de 500 mil euros, e haverá ainda um encaixe financeiro com o financiamento de médio e longo prazo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos (2,7 milhões em 2020) para assegurar um conjunto de cinco obras. ● J.C.E.



Autarquia aprova orçamento

Cruzeiro em presença inédita em Setúbal

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/11/2019

Melo: ADN - Agência de Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=aaf5870f>

Cidade recebeu primeiro navio cruzeiro na Doca dos Pescadores

O porto de Setúbal recebeu, nos dias 1 e 2, pela primeira vez, um navio-cruzeiro de médio porte, o qual escolheu a cidade sadina como ponto de partida para uma viagem oceânica com destino a Montevideu, no Uruguai, incluindo uma escala em Santa Cruz de Tenerife, nas Ilhas Canárias. "Este é mais um passo do crescimento turístico da região de Setúbal que, em 2018, já tinha visto a importância do turismo crescer 14 por cento face ao ano anterior", disse a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. Para o futuro, o objetivo é que os cruzeiros possam também contribuir para sedimentar a importância do potencial turístico na economia da cidade de Setúbal.

Navio partiu rumo à capital do Uruguai

O navio Le Lyrial, do armador francês Ponant, que a partir de Setúbal recebeu cerca de meia centena de passageiros para uma viagem de 16 dias, esteve atracado nos dias 1 e 2 no molhe exterior da Doca dos Pescadores, e despertou a curiosidade das pessoas, que viram, pela primeira vez, um navio deste tipo na cidade.

Para assinalar este momento, uma comitiva, que integrou, entre outros, a presidente da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, Lídia Sequeira, e o vereador da Câmara de Setúbal Ricardo Oliveira, apresentou cumprimentos ao comandante do navio, Rémi Genevaz.

Aos passageiros que embarcaram em Setúbal no navio-cruzeiro Le Lyrial foi oferecido um moscatel de honra, acompanhado de tiras de casca de laranja, duas iguarias típicas da cidade, e partilhada informação sobre o património singular que faz desta região um destino turístico de excelência.

"Esta experiência-piloto teve como principal objetivo testar, analisar e avaliar diversas questões de logística, entre as quais o carregamento de mantimentos e o embarque no navio, e permitiu aprofundar os contactos institucionais com vista à inclusão de Setúbal nas rotas de outros armadores", explica a Câmara sadina em comunicado.



HABITAÇÃO

Lisboa aprova hoje regulamento do alojamento local. O que muda?

Quase um ano depois da suspensão ainda provisória de alojamento local nos bairros mais pressionados pelo turismo, a câmara de Lisboa deverá fazer aprovar esta terça-feira na Assembleia Municipal o seu novo Regulamento do Alojamento Local. Há quatro zonas de contenção absoluta e duas de contenção relativa. Para as definir fez-se a conta ao rácio de unidades de alojamento local face às casa de habitação permanente e, à falta de estatísticas atualizadas, os serviços da câmara recorreram aos do Censos de 2011. Quando os números forem atualizados também as zonas de contenção poderão ser revistas, o que, aliás, está previsto no regulamento.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

O QUE SÃO ÁREAS DE CONTENÇÃO ABSOLUTA?

São aquelas em que o rácio entre estabelecimentos de alojamento local e fogos para habitação permanente é igual ou superior a 20% e nas quais a regra geral é que não sejam permitidos novos registos. Foram identificadas as seguintes áreas de contenção absoluta: Baixa e eixos da avenida da Liberdade, avenida da República e Avenida Almirante Reis; Bairro Alto/Madragoa; Castelo/Alfama/Mouraria e Colina de Santana.

HÁ EXCEÇÕES À CONTENÇÃO ABSOLUTA?

O regulamento admite que sim, mas apenas nos casos em que estejam em causa operações de reabilitação de edifícios em ruínas ou reabilitação integral de edifícios totalmente devolutos há mais de três anos. Nestas circunstâncias, o regulamento admite que possa ser dada autorização para abrirem alojamentos locais mas só se as operações de reabilitação em causa forem consideradas "de especial interesse para a cidade", ou por "darem origem a edifícios de uso multifuncional, em que o alojamento local esteja integrado em projeto de âmbito social ou cultural de desenvolvimento local" ou, ainda, desde que o projeto "integre oferta de habitação para arrendamento a preços acessíveis atribuídas no âmbito do Regulamento Municipal do Direito à Habitação". Mesmo nestes casos, é preciso que a casa em questão não tenha estado arrendada para habitação há menos de cinco anos.

E ÁREAS DE CONTENÇÃO RELATIVA?

Nestas o rácio entre alojamento local e habitação permanente é superior a 10% e ainda inferior a 20%. Para já, estão identificadas apenas duas: Graça e Bairro das Colónias (uma subdivisão da zona turística homogênea que inclui a Zona Envolvente à Almirante Reis). Nestas áreas, admite-se que sejam autorizadas novas unidades, mas apenas em casos expressamente previstos no regulamento.



Fernando Medina contou com o apoio da esquerda para fazer passar o novo regulamento.

QUE EXCEÇÕES EXISTEM NA CONTENÇÃO RELATIVA?

Poderão abrir novas unidades se estiver em causa a totalidade de um edifício em ruínas ou que esteja declarado totalmente devoluto há mais de três anos. Se se tratar apenas de uma fração, também devoluta há três anos, então serão considerados os casos em que "o edifício se encontrasse num estado de conservação mau ou péssimo e tenha sido objeto de obras de reabilitação, realizadas nos dois últimos anos, que tenha permitido subir dois níveis de conservação". Finalmente, admite-se a abertura de exceções "quando se refiram à totalidade de edifício, fração autónoma ou parte de prédio urbano que, nos dois últimos anos, tenha mudado a respetiva utilização de logística, indústria ou serviços para habitação". Também aqui, a exceção não se aplica a imóveis que tenham estado arrendados para habitação há menos de cinco anos. E as obras terão sempre de ser avaliadas pela câmara antes de iniciarem e depois de terminarem.

COMO SABER SE É POSSÍVEL UMA EXCEÇÃO?

Os interessados poderão requerer à câmara uma informação prévia sobre a possibilidade de emissão de autorização excepcional de novos es-

tabelecimentos de alojamento local em áreas de contenção. A Câmara deverá deliberar num prazo de 30 dias e, se autorizar, os interessados têm um prazo de dois anos para realizar eventuais obras e avançar com a nova unidade.

A AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL TEM PRAZO?

Sim. O regulamento prevê que a autorização excepcional de novos estabelecimentos de alojamento local em áreas de contenção é conferida por um prazo de cinco anos, ou, tratando-se de reabilitação de edifícios em ruínas ou reabilitação integral de edifícios devolutos há mais de três anos, por um prazo máximo de dez anos. Este último será definido pela Câmara em função do valor do investimento a realizar. Findo o prazo estipulado, a autorização caduca e terá de ser dado outro fim aos imóveis.

PODE SER SUSPENSO O USO PARA ALOJAMENTO LOCAL E DEPOIS RETOMADO?

Sim, essa hipótese está prevista no regulamento, desde que durante o período em que dure a suspensão seja celebrado para aquela casa um contrato de arrendamento para habitação permanente. A suspensão pode ir no máximo aos cinco anos,

findos os quais o proprietário volta a ter o registo do estabelecimento de alojamento local em condições análogas às que tinha antes do arrendamento.

QUAIS SÃO OS REQUISITOS GERAIS PARA UM NOVO AL?

Serão admitidos apenas os imóveis que possuam licença para habitação e, tal como prevê a lei, têm de ter um seguro de responsabilidade civil extracontratual que garanta danos patrimoniais e não patrimoniais causados a hóspedes e a terceiros. O capital mínimo é de 75.000 euros. Caso o imóvel esteja em propriedade horizontal, terá ainda de ter um seguro de incêndios. Posteriormente, se houver queixas por ruído no AL, ouvidos os intervenientes, a câmara poderá obrigar à instalação de um equipamento de medição de ruído.

COMO SERÁ FEITA A FISCALIZAÇÃO?

A câmara vai criar uma estrutura própria para as questões do AL. A fiscalização compete à câmara, sendo que o regulamento prevê a realização de protocolos ou contratos com associações ou empresas para a realização de ações de fiscalização concretas, por exemplo o levantamento de unidades existentes. ■

negócios

Terça-feira, 5 de novembro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4113 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



Na abertura do Web Summit brilhou o lado negro da tecnologia

Edward Snowden foi a estrela do primeiro dia e apontou o dedo às “big tech”.

No evento escava-se mas o ouro jorra lá fora: start-ups receberam 100 mil milhões em cinco anos.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

Queda a pique da Tesla trava venda de elétricos

Quebra de 97,6% da marca norte-americana arrefece crescimento do segmento. Venda de automóveis a diesel continua a cair e já recua 29% este ano.

EMPRESAS 19

Imobiliário

Lisboa estreia regulamento do alojamento local. O que muda?

ECONOMIA 12

PIERRE GATTAZ
PRESIDENTE DA
BUSINESS EUROPE

“Fomos muito ingênuos com a China”



O patrão dos patrões europeus assinala que no Reino Unido há empregos sem salário.

ECONOMIA 10 e 11

Banca quer empresas públicas a “pagar” juro negativo do BCE

BPI vai subir comissão sobre depósitos de clientes institucionais e espera que regulador autorize cobrança a grandes empresas.

EMPRESAS 16 e 17

Rendas vão ter novo campo na declaração de IRS

ECONOMIA 14

Minsait inaugura centro tecnológico na Amadora

EMPRESAS 18

É possível emitir dívida sem ter um “rating”?

MERCADOS 22 e 23



EDP

LET'S GO

EDP, uma Superbrand há 15 anos.

edp.com

DADOS. ALOJAMENTO LOCAL

22 mil registos em Lisboa

C Mais de 22 mil alojamentos locais estavam registados em Lisboa em setembro, com as zonas do Bairro Alto/Madragoa, Castelo/Alfama/Mouraria, Baixa e as avenidas da Liberdade, República e Almirante Reis a concentrarem mais de metade dos estabelecimentos. ●



Bairro Alto/Madragoa concentra um quinto dos alojamentos locais

LISBOA Mais de 22 mil alojamentos locais estavam registados em Lisboa em setembro, com as zonas do Bairro Alto/Madragoa, Castelo/Alfama/Mouraria, Baixa, e as avenidas da Liberdade, República e Almirante Reis a concentrarem mais de metade dos estabelecimentos. Segundo dados constantes na proposta de Regulamento Municipal de Alojamento Local de Lisboa, que será discutida e votada hoje em Assembleia Municipal, em 1 de setembro existiam na cidade 22430 alojamentos locais. Destes, quase 17 mil eram apartamentos.



D&D//ALOJAMENTO LOCAL

Alojamento pode pag

Quem vende uma casa usada antes para alojamento local está sujeito a um agravamento fiscal absurdo no cálculo de mais-valias. O Governo reconhece o problema, mas tarda em resolvê-lo

Texto Ana Santos Gomes

Os proprietários de alojamentos locais que tenham aberto atividade independente na categoria B e optado pelo regime simplificado de tributação arriscam-se a pagar pesadas mais-valias no ano seguinte à venda desses imóveis. Em causa está a legislação que já vigorava para imóveis que tivessem regressado ao património particular do proprietário depois de terem estado alocados a um fim empresarial. Era o que acontecia, por exemplo, a um advogado que convertia a sua casa num escritório e que, a dado momento, voltava a usar esse imóvel para a própria habitação. Quando o alojamento local foi enquadrado no regime da categoria B, ficou sujeito às mesmas regras, mas com um detalhe que terá passado despercebido ao legislador: o dono da casa que serviu de hospedagem a turistas não pode, no regime simplificado, amortizar o valor do imóvel nas despesas da atividade. Mas o Fisco pode, mais tarde, quando a casa for vendida, agravar-lhe as mais-valias referentes ao período em que a casa esteve licenciada para alojamento local. Ou seja, não há direito a amortizar como um empresário, mas há o dever de pagar como tal.

Fisco (ainda) está a tentar resolver

As contas estão exemplificadas no esquema ao lado e demonstram como o mesmo imóvel pode ter mais-valias agravadas no ano da venda se tiver passado pelo alojamento local. O Governo já se apercebeu do absurdo da situação

e não terá, ainda, acionado a cobrança de mais-valias da categoria B a estes imóveis. O Orçamento do Estado até prevê a revisão do regime ainda este ano, mas o Ministério das Finanças diz que a Autoridade Tributária não encontrou, até agora, solução técnica.

Só a venda é que dá dinheiro

Não faz sentido que os contribuintes particulares vejam um imóvel que nunca saiu do seu património ser enquadrado num regime de cálculo de mais-valias semelhante ao dos imóveis transmitidos entre empresas. Alguns contribuintes disponibilizam a sua própria casa apenas numa parte do ano. Outros têm licença de alojamento o ano todo, mas nem sempre com clientes. Há alojamentos que rendem muito pouco. E, em todos os casos, o valor da casa até pode ter subido ao longo dos anos, mas tal não se traduziu em ganho para o proprietário, a não ser no momento da venda, como com qualquer outro imóvel. Não tendo havido transferência de propriedade, que continuou, de resto, associada ao mesmo número de contribuinte, esta cobrança desigual é profundamente injusta. Ainda para mais porque o valor do imóvel nunca pôde ser amortizado nas contas da atividade, como acontece com quem tem contabilidade organizada. Num regime simplificado, as casas só deveriam pagar mais-valias da categoria G. E só quando fossem vendidas. ■

DOSSIÉ TÉCNICO Ernesto Pinto

Casa não usada para alojamento



Se a casa tiver sido vendida por um valor superior ao da compra, o Fisco considera que há uma mais-valia (neste exemplo, de 100 000 euros).

Mais-valia da categoria G
100 000 euros
Taxa de imposto aplicada à mais-valia 50%

50% de 100 000 euros
serão adicionados
aos seus rendimentos no ano em que vender a casa

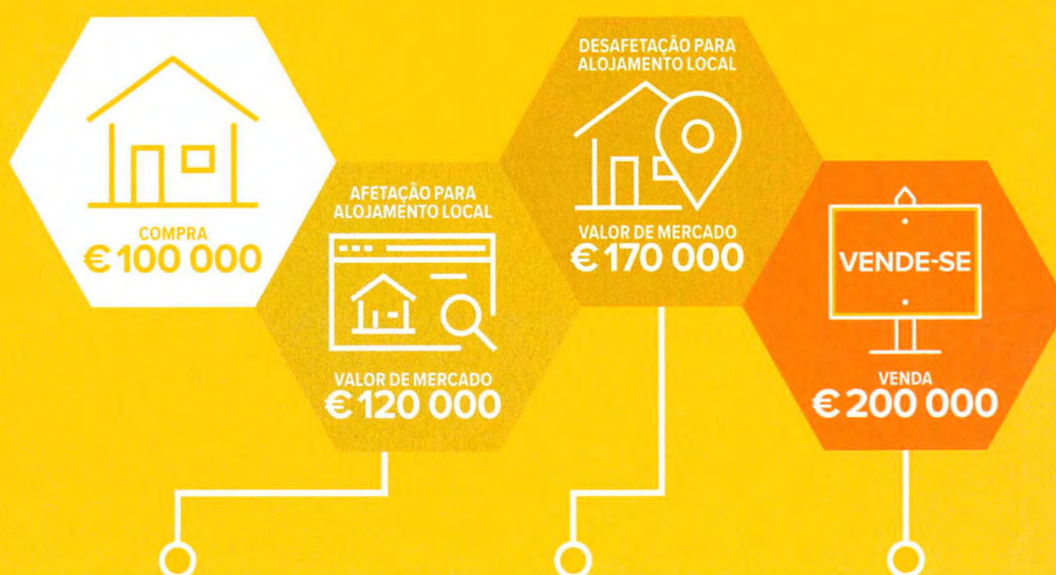
Mais-valia total a adicionar aos seus rendimentos no ano da venda

€ 50 000

ar mais-valia injusta

la
local

Casa usada para alojamento local



Como a casa, no momento em que foi afeta a alojamento local, valia mais do que custou (o valor de mercado é subjetivo e apurado, por exemplo, com base nas vendas de habitações vizinhas), o Fisco considera que há uma mais-valia de 20 000 euros. A cobrança só é feita no ano em que a casa for vendida.

Mais-valia da categoria G
20 000 euros
Taxa de imposto aplicada
à mais-valia 50%

50% de 20 000 euros serão
adicionados aos seus rendimentos
no ano em que vender a casa

€ 10 000

Se a casa tiver valorizado ainda mais até ao ano em que deixou de ser usada para alojamento local, o Fisco considera que há uma mais-valia (neste exemplo, de 50 mil euros).

Mais-valia da categoria B
50 000 euros
Taxa de imposto aplicada
à mais-valia 95%

95% de 50 000 euros serão
adicionados aos seus rendimentos
no ano em que vender a casa

€ 47 500

Se a casa for vendida por um valor mais elevado do que aquele que declarou no ano que a deixou de usar para alojamento local, o Fisco considera que há uma mais-valia (neste exemplo, de 30 mil euros).

Mais-valia da categoria G
30 000 euros
Taxa de imposto aplicada
à mais-valia 50%

50% de 30 000 euros serão
adicionados aos seus rendimentos
no ano em que vender a casa

€ 15 000

Mais-valia total a adicionar aos seus rendimentos no ano da venda

€ 72 500



Municípios de São Miguel avançam com taxa turística

Presidentes das seis Câmaras de São Miguel aprovaram a aplicação de uma taxa turística, sendo que agora será criado um regulamento

ANA CARVALHO MELO
anamelo@acorianooriental.pt

Os municípios da ilha de São Miguel decidiram, por unanimidade, avançar com a aplicação de uma taxa turística, o que pretendem que aconteça em simultâneo em toda a ilha, adiantou ontem a Antena 1 Açores.

“Os presidentes de Câmara dos seis municípios de São Miguel mantiveram a concordância de ter preferência, a criar uma taxa turística, ser para a ilha inteira, enquanto ‘gateway’ que se representa como destino turístico único”, afirmou o presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM), José Manuel Bolieiro à rádio pública.

Segundo o presidente da AMISM explicou que os autarcas dos municípios de São Miguel decidiram criar um regulamento que será apresentado aos parceiros. “Ficou, por unanimidade, entendido que o procedimento adequado era haver uma proposta comum para a criação de um regulamento da eventual criação da taxa turística, a ser submetida depois para negociação com os parceiros na matéria”, explicou.

Recorde-se que a Câmara



ARQUIVO AO/RUI JORGE CABRAL

Bolieiro confirmou que os municípios concordam com a medida

Municipal de Povoação já aprovou em reunião de câmara a aplicação de uma taxa turística para os vários tipos de alojamento turístico no concelho.

De acordo com o município povoacense, ficou definido que serão cobrados dois euros por noite até um máximo de três noites para os diferentes tipos de alojamento e um euro por noite também até um máximo de três para os parques de campismo.

Em reação a este anúncio o representante da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) nos Açores, Fernando Neves, considerou que ainda não é o momento para se aplicarem taxas turísticas na Região.

Também a Associação Empresarial das Furnas (AEF) manifestou o seu desacordo com a decisão da Câmara Municipal da Povoação de aplicar no concelho uma taxa turística sobre as dormidas. ♦

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS
FUNDADO EM 1835
POR MANUEL ANTÓNIO
DE VASCONCELOS

ANO CLXXXIV - Nº 20619
TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2019
DIÁRIO

DIRETOR
PAULO SIMÕES

0,90 €
IVA inc.

Açoriano Oriental

www.acorianooriental.pt

António Teixeira demite-se da presidência do Grupo SATA

Renúncia foi tornada pública em nota de imprensa, onde António Teixeira justifica decisão com motivos pessoais e com atraso na implementação de medidas de reestruturação. Governo quer substituição em breve PÁGINA 7

Acidente na via rápida faz uma vítima mortal

Homem de 34 anos, funcionário dos CTT, sofreu acidente de moto PÁGINA 32

Presidentes das seis câmaras de São Miguel aprovam taxa turística

PÁGINA 7

DECATHLON



WEDGE CAMISOLA TÉRMICA DE SÍLICO SNOWBOARD 100 ADULTO



CALOR E LIBERDADE DE MOVIMENTOS

4€⁹⁵

QUALIDADE A PREÇOS SEMPRE MAIS BAIXOS

Granja

Agricultura	Pecuária
Jardinagem	Pet-Shop
Bricolagem	Casa

ROÇADORA 4 EM 1

165€

Inclui:
Lâmina
Cabeça nylon
Corta sebes
Podadora

JOHN DEERE

Rua do Paim, P. Delgada
Horário: segunda a sábado
das 8h30 às 18h00
☎ 296 302 540

Desporto

Santa Clara arranca empate no Algarve no tempo de desconto

Portimonense e Santa Clara empataram 1-1 na 10.ª jornada da I Liga. Encarnados, com uma ponta final de loucos, chegaram ao empate aos 90+7' PÁGINAS 22E23



LUIS FORRA/LUSA

Agriloja

DESCONTO DIRETO PARA CLIENTES COM CARTÃO AGRILLOJA

20%

Alimento Seco p/ Gato 10Kg

cód. 0144889 - Salmão
cód. 0147926 - Atum e Frango
cód. 0144889 - Esterilizado

18,25€ | 14,60€/UN

Desconto limitado aos produtos assinalados e para compras a pronto pagamento de clientes identificados com Cartão Cliente Agriloja. Não é acumulável com outras campanhas em vigor. IVA à taxa legal em vigor.

RE/MAX 4YOU

296 30 20 20

Morada T4 com acabamentos de alta qualidade Santa Cruz, Lagoa
ID: 123541079-44
385.000,00€

Armazém Ribeira Grande (Conceição)
ID: 123541006-103
349.000,00€

Morada T5, dividido em 3 apartamentos independentes Fajã de Balto
ID: 12351042-68
180.000,00€

Avenida D. João III, n.º 43 | Ponta Delgada (São Pedro)
4you@remax.pt | 296 30 20 20



CIM-RC

Autarcas e Turismo do Centro em viagem ao Brasil

●●● Os autarcas da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra (RC) e o presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro (ERTC) estão no Brasil para um conjunto de visitas ao Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da Festuris – Feira Internacional de Turismo, que se realiza de 7 a 10 de novembro, em Gramado (Brasil).

Ontem, um dos pontos altos do programa é a reunião entre a CIM Região de Coimbra, o presidente da Câmara de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, e o secretário do Desenvolvimento Económico e Turismo de Porto Alegre, Leandro Balardin.

Seguiram-se visitas com a secretária da Cultura do Estado do Rio Grande do



Os responsáveis regionais do turismo e autarquias já estão no país irmão

Sul, Beatriz Araújo, e o secretário do Desenvolvimento Económico e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, Ruy Irigaray.

Turismo estadual

Os autarcas terão ainda oportunidade de contactar deputados, nomea-

damente Dalciso Oliveira, presidente da Frente Parlamentar de Turismo na Assembleia Legislativa do Estado.

Em parceria com a Universidade de Coimbra e a Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, a CIM Região de Coimbra marca pre-

sença na Festuris 2019, com o objetivo de posicionar a marca “Região de Coimbra” no mercado brasileiro. As ligações entre os dois países também poderão permitir estabelecer contactos institucionais e empresariais, criando resultados indiretos positivos.

DR

Faro acolhe ações de formação sobre alojamento local

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/11/2019

Melo: Sul Informação Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=fa3c0a3f>

Com o crescimento do alojamento local em Portugal, o mercado está cada vez mais competitivo

A Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP) vai dar duas ações de formação, nos dias 13 e 14 de Novembro, em Faro.

O objetivo é preparar os titulares e gestores de Alojamento Local para os novos desafios do mercado.

Com o crescimento do alojamento local em Portugal, o mercado está cada vez mais competitivo. Com este ciclo de formação, pretendemos, por um lado, ajudar os titulares e gestores de AL a enfrentarem os novos desafios e aprofundarem as perspetivas e indicadores de turismo no Algarve e, por outro, oferecer aos profissionais de gestão de AL uma formação especializada e prática que permita consolidar o seu conhecimento dos modelos legais e fiscais de um sector cada vez exigente, afirma Eduardo Miranda, presidente da ALEP.

A formação irá decorrer em Faro no dia 13 de Novembro com a formação avançada "Modelos Contratuais e Fiscais entre gestores e proprietários" e, a 14, "O Futuro do Alojamento Local no Algarve: novas regras e as perspetivas do Turismo".

O setor do Alojamento Local no Algarve tem uma forma de operar muito própria e enfrenta novos desafios como o Brexit. Com este ciclo de formação, a ALEP pretende colmatar esta necessidade de criação de formação à medida no Algarve, de modo a diversificar a sua oferta para além do turismo de praia e sol, apostando no desenvolvimento sustentável da atividade, acrescenta Eduardo Miranda.

Os interessados em frequentar as ações de formação da ALEP poderão obter mais informações sobre inscrição e modo de pagamento aqui ou através do e-mail info.associados@alep.pt

Sul Informação

PCP preocupado com situação de milhares de trabalhadores no desemprego "depois do verão"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/11/2019

Melo: Algarve Primeiro Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7bfb7c36>

O PCP diz que no final do passado mês de outubro, terminaram mais de 10 mil contratos de trabalho no setor do Turismo no Algarve, empurrando outros tantos trabalhadores para o desemprego (no final do mês de setembro já tinham sido 8 mil) .

Os comunistas falam em dura realidade que marca o desenvolvimento deste setor na região algarvia, com uma forte sazonalidade, com baixos salários, com precariedade e desemprego, num quadro em que ano após ano têm crescido quer as vendas, quer o número de turistas, quer os lucros deste setor .

E depois do verão? É o mote de uma campanha que o PCP decidiu levar a cabo junto dos trabalhadores do setor do turismo no Algarve e que arrancou esta segunda-feira com a distribuição de um folheto junto dos trabalhadores que acorreram aos principais centros de emprego da região - Faro, Portimão, Albufeira.

Uma campanha que será estendida às principais unidades hoteleiras de toda a região algarvia durante o mês de novembro e que dará a conhecer as propostas do PCP para o aumento geral dos salários, incluindo do salário mínimo nacional para 850EUR, para o combate à precariedade exigindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato efetivo de trabalho, para que seja assegurando o respeito pelos horários e restantes direitos de quem trabalha .